



“No Altar Há Muita Saia e Poucas Mulheres”: A Dominação Masculina na Igreja Católica na Perspectiva de Ivone Gebara

Edson Claiton Guedes¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a permanência da dominação masculina e a subordinação das mulheres na Igreja Católica, desde o ponto de vista de Ivone Gebara. Teóloga e filósofa católica, religiosa da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho, Gebara se notabilizou por suas posições teóricas progressistas, inclusive sobre temáticas quase proibidas a religiosas, como as questões relacionadas ao aborto e ao corpo feminino. Feminista militante e defensora dos direitos das mulheres, sua obra se notabilizou nos meios progressistas católicos como também em setores da sociedade que lutam pelos mesmos ideais. Analisando a questão a partir da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), nos perguntamos por que numa instituição, de maioria feminina, nenhuma mulher assumiu a presidência durante o século XX. O fato, revelador de uma Igreja refém do patriarcalismo e apegada a velhos hábitos machistas, e uma amostra dos limites impostos às mulheres na Igreja Católica.

Palavras-chave: Igreja Católica; Mulheres; Dominação masculina;

Introdução

O estudo parte de uma constatação percebida em nossa pesquisa de doutorado, sobre a Conferência dos Religiosos do Brasil (daqui em diante CRB) e o catolicismo progressista no contexto da Guerra Fria, sobre a invisibilidade feminina nas instâncias de decisão da Conferência, especialmente nos seus primeiros anos de existência que transcorre durante a segunda metade do século XX. Diante do fato de que as mulheres consagradas não assumiram a presidência da instituição até início dos anos dois mil, surgiu-nos o questionamento sobre os espaços ocupados por elas na vida da Igreja Católica, tendo em vista alguns acontecimentos presentes na historiografia: o Concílio Vaticano II (1962-1965), a ascensão do feminismo e as lutas das mulheres por direitos, a revolução cultural, e a própria eleição do papa Francisco, que devido a sua história de vida e a proximidade ao pensamento teológico progressista, como foi a Teologia da Libertação, teoricamente reuniria condições para um papado aberto à mudança nas estruturas da Igreja Romana.

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Agência de Fomento: CAPES.



Apesar destes eventos terem impactado a Igreja de alguma forma, a situação das mulheres religiosas ou leigas pouco ou quase nada mudou. Especialmente nas relações de poder na instituição, continua vigente a percepção de que “no altar tem muita saia e poucas mulheres”². Inclusive na Igreja do Papa Francisco persiste um caráter sexista e machista quanto à presença de mulheres em espaços ocupados historicamente por homens na instituição.

A divisão entre o espaço masculino e o espaço feminino na Igreja Católica foi construído, justificado e arbitrariamente eternizado por meio da “violência simbólica” (BOURDIEU, 2002). Como afirma a teóloga Mary Hunt “foram essas divisões que fundaram uma instituição como a Igreja, tanto na sua estrutura quanto em seu ensino” (2018). A “dominação masculina” na Igreja é apresentada, de acordo com Gebara como “verdades imutáveis, fruto da vontade divina que deve ser igualmente considerada como imutável” (2017, p. 67).

Ao problematizar a ocupação dos espaços masculinizados por parte das mulheres no ambiente sagrado e trazer para sua produção teológica as lutas feministas, Gebara tornou-se uma referência no “desenvolvimento de um discurso teológico elaborado por mulheres e distinto, em muitos aspectos, daqueles que escrevem os homens” (NUNES, 2006, p. 294). Ao mesmo tempo, devido a sua audácia, Gebara foi silenciada e proibida de lecionar em instituições católicas, uma prática ainda em uso na Igreja quando alguma teóloga ou teólogo avança os limites instituídos pelos cânones sagrados da religião.

Ivone Gebara é uma das mais proeminentes teólogas católicas da América latina. Ainda que esta frase possa se encaixar em clichês de qualquer grande personalidade, o caso de Ivone faz jus a ênfase. Filha de imigrantes sírios e libaneses, nascida em 1944 em São Paulo, entrou cedo para a Congregação de Nossa Senhora, Cônegas de Santo Agostinho. Doutora em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Ciências da Religião pela Universidade de Louvain da Bélgica, Gebara construiu um imenso capital intelectual com inúmeras publicações em revistas e autorias de livros. Toda essa produção intelectual, no entanto, não é apenas produzida no silêncio do seu escritório, mas parte de sua vida junto às lutas das mulheres, especialmente as mais empobrecidas de Camaragibe, no Recife, local onde habita desde 1973.

² A frase foi proferida pela irmã Teresinha Soto Pietra em 2002, num encontro de religiosos em Joinville, Santa Catarina, no qual participamos.



É neste panorama que se impõe um conjunto de condições de existência, hoje percebidas como intoleráveis graças a conscientização e a luta incansável de movimentos feministas, mesmo no interior de uma instituição conservadora como a Católica, e que nos possibilita analisar a engenhosa maquinaria que se esconde sob os signos do sagrado e do divino e entender de que maneira, utilizando-se de táticas e estratégias e driblando as pressões e perseguições institucionais, mulheres como Ivone Gebara enfrentam o poder constituído.

O Surgimento da CRB e as transformações na Igreja do Brasil na década de 1950

Antes de adentrarmos especificamente no pensamento de Gebara, pensamos ser necessário explicitar o contexto da Igreja Católica no Brasil no século XX e o surgimento da CRB como um espaço de diálogo entre as congregações masculinas e femininas, mas também como um dispositivo de controle por parte da política vaticana.

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja passava por transformações advindas de diversas situações que se impuseram no cenário nacional, como por exemplo os confrontos travados entre a hierarquia e a classe política, então sob o controle das elites agrárias e ideologicamente afeita aos ideais iluministas. Isto levou os prelados a um contra-ataque organizado e sistematizado para fortalecer na sociedade a identidade católica, que naquele momento se manifestava de forma mais visível através da religiosidade popular.

Este processo, descrito por Azzi (2008) como “restauração católica”, intencionava restaurar o catolicismo à sua posição privilegiada na sociedade brasileira, uma vez que, para a elite eclesiástica a Igreja fora marginalizada da vida pública e social pela organização do regime republicano. Portanto, na primeira metade do século XX, só é possível entender as transformações ocorridas na Igreja Católica levando em consideração a busca pela legitimidade a partir de líderes carismáticos como também por valores tradicionais das classes populares, inclusive elementos da religiosidade popular (MAINWARING, 1986). Essa fusão entre legitimidade tradicional e legitimidade carismática são fatores essenciais para compreender esse processo³.

No que diz respeito as questões internacionais, após os horrores da segunda guerra mundial, as mudanças no mundo foram tão sensacionais, que, segundo a percepção de

³ Um dos principais líderes da Igreja neste período foi Dom Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda que, em 1916 publicou uma carta pastoral sobre o ensino religioso e que passou a ser considerada, a partir dos anos de 1920, como um programa de ação pastoral para todo país.

Hobsbawm, “para 80% da população mundial a idade média acabou de repente na década de 1950” (1995, p. 283). Estas transformações vieram acompanhadas de uma revolução cultural onde as estruturas de relações entre os sexos e as gerações foram questionadas e a criação de diferentes movimentos impulsionou o debate sobre diversas temáticas.

A CRB surgiu neste contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e religiosas, embalada por um incipiente reconhecimento da Igreja quanto a necessidade de rever sua prática pastoral no país. Após o primeiro Congresso Internacional dos Religiosos em Roma em 1950 e o primeiro Congresso Nacional dos Religiosos do Brasil no Rio de Janeiro em 1954, a Conferência foi criada com a finalidade de “coordenar e articular as diversas comunidades religiosas (masculinas e femininas), o estudo dos problemas, e a criação de serviços de interesse comum, visando a uma colaboração mútua sempre mais eficaz” (FREITAS, 1997, P. 74).

O aumento vertiginoso da presença da vida consagrada religiosa (daqui em diante, VCR) nas primeiras décadas do século XX no Brasil, além de fatores específicos da reconfiguração católica naquele momento, como o processo de “estadualização” do poder eclesiástico, foram importantes para o surgimento da CRB. O processo de “estadualização”, de acordo com Miceli (2009) foi uma modalidade do exercício do poder pastoral dos bispos que tinha como objetivo expandir a Igreja, estreitando os vínculos destes com o Vaticano e com o poder oligárquico local. Desta forma, todas as capitais estaduais foram transformadas em sede de dioceses e isso viabilizou a contratação de um pessoal religioso especializado para prestar serviços educacionais, de saúde e outros o que resultou na ampliação dos religiosos e religiosas em muitas regiões do Brasil.

A maioria destes religiosos e religiosas vieram da Europa, onde a situação das congregações passava por crises, devido a expulsão destes grupos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália. Assim, “as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de expertises no campo social e educacional” (BITTENCOURT, 2017, p. 37) foram ingredientes importantes na imigração das congregações europeias para o Brasil, especialmente a partir do início do período republicano.

Na tabela abaixo é possível acompanhar a evolução do número de religiosos e religiosas no Brasil da segunda metade do século XIX em diante:



Década	Número	Percentual
1850	1	0,5
1870	1	0,5
1880	5	2
1890	14	5
1900	20	8
1910	23	9
1920	41	16
1930	29	11
1940	26	10
1950	51	19
1960	41	16
1970	1	0,5
S/I	7	2,5
Total	260	100

Fonte: Bittencourt, 2017, p. 38

A modernização do aparato pastoral, a reorganização no território nacional e o fortalecimento do capital simbólico católico em diversos setores da sociedade, foram fundamentais para as estratégias da Igreja, especialmente a partir da década de 1950. Essas mudanças estavam ligadas ao que chamamos de “segundo momento do projeto de reconquista” do catolicismo romano que mirava, não mais o território, mas sua base social, constituída por uma população rural que aos poucos rumava às cidades e ia dando novos contornos ao país e conseqüentemente ao catolicismo⁴.

A imigração destas famílias religiosas para o Brasil possibilitou além da sobrevivência destes grupos, como também o aumento no número de membros destas congregações, uma vez que a política de imigração brasileira tinha atraído muitas pessoas de seus países de

⁴ No período entre 1950 e 1980 ocorre o mais intenso processo de modernização pelo qual o país passou, alternando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil. Transformações aceleradas verificam-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes e definitivas. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Do golpe militar a redemocratização: 1964-1984. In. LINHARES, Maria Yeda. Et. Al. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier/Campus, 1990, p. 35.



origem, como foi o caso dos italianos, alemães, espanhóis etc. O Brasil tornou-se para estes grupos um campo aberto e muito atrativo de diversas maneiras: porque as congregações tinham um mercado religioso pouco explorado, o apoio das elites para suas obras sociais, o que projetava um crescimento econômico para manutenção de toda a estrutura burocrática no Brasil e no exterior, além do já citado promissor campo vocacional.

De fato, o número de vocacionados e vocacionadas à vida religiosa cresceu exponencialmente com a chegada das congregações ao Brasil, o que foi especialmente importante para a representatividade feminina na vida religiosa. Em números atualizados, é possível constatar que a VCR na Igreja é feminina. Vejamos o gráfico:

Vida Religiosa Consagrada no Brasil			Padres Diocesanos no Brasil
Freiras	Frades ou irmãos	Padres Religiosos	
33.333 74,05% em relação a VRC	3.910 08,69% em relação a VRC	7.756 17,23%, em relação a VRC)	12.805

Fonte: TORRES - anuário católico do Brasil – ano 2010

Apesar das mulheres representarem 74,05% da Vida Religiosa na Igreja do Brasil, estes números não significaram uma transformação real no papel delas no cotidiano eclesial. A perspectiva de que com o advento da CRB e a potencialização dos trabalhos conjuntos entre religiosos e religiosas pudesse vislumbrar, de alguma maneira, um espaço real de paridade institucional na Igreja, ficou aquém das conquistas das mulheres leigas no mesmo período, por exemplo. No entanto, as lutas de mulheres católicas, especialmente a partir do surgimento das teologias feministas da década de 1970, procuram desfazer o silenciamento e a dominação construindo teologias desde uma perspectiva feminina, como tem sido o papel de Ivone Gebara.

Construindo Sentidos: A produção de uma teologia (eco) feminista e a crítica da dominação masculina



Ivone Gebara tem construído um pensamento teológico desde a perspectiva das mulheres em suas “intencionalidades específicas”, o que possibilita falar em “teologias plurais como a teologia negra, lésbica, indígena, queer, womanist e outras” (NUNES, 2006, p. 296). A sua percepção de que não é possível reduzir à categoria de mulheres todas as mulheres, toca de perto a problemática trabalhada por Butler em seu texto “problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades”. Segundo a autora,

Se alguém é uma mulher, isso não é certamente tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da pessoa transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Neste sentido, Gebara tem refletido a partir de uma epistemologia que ela chama de “contextual”, ou seja, capaz de construir um conhecimento a partir de algo, numa localização espaço-temporal que se abra a universalidade, que não significa um conhecimento concreto para todos os grupos humanos, mas enfatize a regionalidade universal de todos os conhecimentos. Assim, ressalta a autora, esta epistemologia “busca afirmar a originalidade de cada grupo assim como seus limites de abertura e de acolhida do diferente” (1997, p. 70).

Ao criticar um modelo patriarcal que reside nas reflexões da Igreja mesmo quando estas reflexões tem como público as mulheres e a sua ineficácia porque parte de um conceito viciado de religião masculinizada, Gebara propõe uma teologia “ecofeminista” que pretende “mostrar a conexão entre a dominação das mulheres e da natureza do ponto de vista da ideologia cultural e das estruturas sociais e introduzir novas formas de pensar [...] além de mover as águas patriarcais em todos os níveis do saber” (1997, p.27).

O fato de sair dos “cânones consagrados” pela teologia clássica e inserir temáticas que mesmo a progressista teologia da libertação foi incapaz de problematizar, produziu os seus conflitos com a hierarquia⁵. Gebara assevera que as razões do conflito estão na verdade sobre as bases segundo as quais ela questiona o pensamento hegemônico da teologia clássica:

⁵ “Muitas teólogas seguiam na teimosia de tocar nas questões de gênero, ainda que sentissem por vezes dúvidas sobre as suas percepções, uma vez que muitas eram perseguidas e assassinadas e o discurso era “morreu por sua opção pelos pobres”, e a luta era contra os impérios econômicos e os totalitarismos políticos”. GEBARA, Ivone. Catolicismo e feminismo na América Latina. IN. GEBARA, Ivone; SUNG, Jung Mo. **Direitos humanos e amor ao próximo**: textos teológicos em diálogos com a vida real. São Paulo: Editora Recriar, 2019, p. 26



São conflitos em relação a muitas diferenças e particularmente a diferença sexual, ou mais precisamente, às vivências sociais e culturais da sexualidade e dos gêneros que vigoraram de forma privilegiada na Igreja Católica. E isto porque o princípio legitimador da Igreja e da teologia é o Deus Pai, considerado bom e perfeitíssimo a partir do qual toda a vida, incluindo-se a teologia, se organiza (GEBARA, 2019, p. 25)

Ao propor um olhar diferenciado sobre os temas que historicamente foram pensados na perspectiva masculina e de um deus masculinizado, Gebara parte de uma epistemologia apropriada, desenvolvida na perspectiva das mulheres a partir do seu contexto. Esta também é a percepção de Femenias (2017) que ressalta a importância de uma “epistemologia feminista que deslegitime os filtros teóricos tradicionais que ratificam as mulheres (e outros grupos) como inferiores, naturalmente subordinadas ou incapazes”.

Esta leitura teve influência de sua prática como mulher religiosa consagrada desde as décadas de 1970 e 1980, quando, devido às lutas contra a ditadura civil-militar brasileira, muitas religiosas como ela, assumiram trabalhos que hoje são conceituados pela historiografia como “resistência” à ditadura. Amiga de Dom Helder Câmara, Ivone partiu para o Recife ainda na década de 1970 para lecionar filosofia no instituto teológico de Recife e lá sua militância política e social foi potencializada. Caroline Jacques Cubas, uma das historiadoras que tem se debruçado sobre as questões que envolvem as religiosas na Igreja Católica brasileira, afirma, ao tratar sobre a ditadura e a participação das freiras que “Ivone Gebara é um exemplo bastante evidente de religiosa engajada, progressista e combativa” (2014, p. 251). Esta qualidade percebida por Cubas, demonstra que a importância do pensamento de Gebara está não somente em suas posições teóricas avançadas como também em seu posicionamento político e social junto às lutas das quais ela teoriza. O que se torna enigmático a nosso ver é que, mesmo não se alinhando a uma doutrina envergada pelas limitações de gênero no qual ela foi constituída (homens, brancos, europeus, celibatários), Gebara mantém-se católica e religiosa. Talvez por isso suas observações a respeito do lugar das mulheres na Igreja sejam tão interessantes.

Retomando as questões a respeito da representatividade na Igreja Católica, como havíamos observado anteriormente, as mulheres na Igreja são uma imensa maioria, sejam como religiosas ou leigas. No entanto, como pondera Gebara elas são apenas “as maiores consumidoras das experiências [religiosas] mas não necessariamente suas produtoras” (1997,



p. 26). Além do mais, isso não reflete necessariamente numa representatividade do exercício do poder e nem mesmo da construção intelectual. Ainda que haja um reconhecimento teórico da Igreja de que em seu interior impera um sistema enfermo de submissão e domínio por membros do clero católicos sobre as religiosas, e sobre as mulheres católicas em geral, atualmente aquelas que lutam por bases igualitárias não tem chances concretas na instituição, justamente pelo controle hegemônico exercido pelos homens da Igreja que se veem como “únicos destinatários” e “representantes legítimos” da divindade.

Muitas mulheres têm refletido nas teologias feministas denunciando o fracasso dos sistemas globais em corresponder aos valores de igualdade e inclusão, inclusive em cargos considerados sagrados na Igreja Católica. Mary Hunt, teóloga estadunidense numa entrevista concedida ao Instituto Humanitas, da Unisinos, é taxativa quando ao papel das mulheres na Igreja atual: “não há papel oficial das mulheres”. Isso porque, segundo ela, a proibição das mulheres ascenderem a cargos ordenados na Igreja, o que possibilitaria algum exercício de poder, é proibido pela doutrina católica, o que inviabiliza qualquer projeto real neste sentido. Além do mais, em sua visão, o Papa Francisco tem uma “visão estereotipada da mulher”, e apesar de sua simpatia pessoal, nada fara de concreto para estabelecer novas relações de poder e mudar a estrutura que está aí, mesmo que envelhecida e inadequada ao mundo atual.

O modelo de organização institucional das igrejas, especialmente da Igreja Católica, não contempla em sua maneira de exercer o poder, um lugar para a mulher. Por isso a saída é a transgressão e a desobediência. Uma delas é a produção de muitas teologias feministas que desnaturalizem o feminino, que atualmente é aprisionada em “identidades fixas e papéis sociais justificados por uma entidade abstrata” (GEBARA, 2017, p. 191). Outra forma de transgressão se refere ao lugar onde são afirmadas as verdades de fé. Para a autora, a rejeição da imagem da Igreja como uma instituição de controle e de vigilância a serviço de Deus, onde alguns homens controlam a produção científica e literárias dos fiéis e dos membros e recusam qualquer novidade, especialmente se esta vier das mulheres (p.194).

A produção de uma teologia *queer* seria o ápice dessa “transgressão” na medida que questiona os fundamentos de uma “reflexão puritana” que se baseia a teologia cristã, e introduziria uma “teologia indecente”, expressão cunhada pela teóloga argentina Marcela Althaus-Reid, pois trata de uma “política sexual que se apresenta sempre contra os comportamentos hegemônicos, presentes, sobretudo, no fundo sexual das teologias” (GEBARA, 2017, p. 198).

Considerações finais

Repensar a segregação das mulheres não só nas estruturas de poder da Igreja Católica e demais instituições, como também na produção de uma reflexão religiosa, é uma tarefa que vem sendo a décadas realizada por pensadoras feministas, católicas ou não. Apresentamos aqui um esboço deste debate que claramente precisa ser aprofundado levando em consideração além do fato de as mulheres religiosas católicas serem excluídas dos espaços de decisão, como também repensar o termo mulher como “um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua [...] aberto a intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2003, p. 58).

A reflexão sobre a dominação masculina na perspectiva da teóloga católica Ivone Gebara demonstra que ainda existe um longo caminho a percorrer quando se trata de problematizar o lugar e o papel das mulheres na Igreja. Como pudemos perceber, a existência de uma configuração masculinizada na doutrina cristã, desde a concepção de um Deus como um homem, passando por uma teologia repleta de elementos que supervalorizam o masculino e inferiorizam o feminino, exigem um trabalho que somente através da transgressão e da desobediência são capazes de inserir tais realidades.

A coragem de levar adiante um projeto que desestabiliza os lugares construídos historicamente por meio daquilo que Bourdieu chamou de “violência simbólica”, exige uma dose de resignação e mesmo paciência para iluminar mentes e instituições seguras de um passado que teima em permanecer presente.

Referências

BITTENCOURT, Águeda Bernadete. **A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/ZxrkNWbqrZ45xDxQhms8byM/?lang=pt>. . Acesso dia 15 agosto 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kühner. 18^o edição. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2020.



CUBAS, Caroline Jacques. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)**. 2014, 360f. Tese (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129601>. Acesso: dia 26 agosto 2022.

FEMENÍAS, Maria Luisa. **Epistemología feminista: la falácia del conocimiento objetivo**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/428473726/Epistemologia-feminista-la-falacia-del-conocimiento-objetivo-Maria-Luisa-Femenias>. Acesso dia 29 agosto 2022.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma opção renovadora: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião**. Cadernos de teologia. São Paulo: Olho d'água. Setembro de 1997.

_____. **Mulheres, religião e poder. Ensaio feministas**. São Paulo: Editora terceira Via, 2017.

_____; SUNG, Jung Mo. **Direitos humanos e amor ao próximo: textos teológicos em diálogos com a vida real**. São Paulo: Editora Recriar, 2019.

INSTITUTO HUMANITAS. HUNT; Mary. **O lugar das mulheres no pontificado de Francisco. Entrevista concedida a Ricardo Machado**. Revista IHU on-line. 08 jun. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/579720-o-lugar-das-mulheres-no-pontificado-de-francisco-entrevista-especial-com-mary-hunt>. Acesso dia 13 jul. 2022.

LINHARES, Maria Yeda. Et. Al. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier/Campus, 1990, p. 351

LIZ; Isa Maria Moreira. **Freiras na Luta contra a ditadura no Brasil**. In. WOLFF, Cristina Scheibe et. al. (orgs.) **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. 1. Edição. Curitiba: Appris, 2019.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil(1916-1985)**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

NUNES, Maria José-Rosado. **Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal:entrevista com Ivone Gebara**. Revista Estudos feministas. Florianópolis, 14 (1), janeiro-abril/2006.

TORRES, Marco Antônio. **Vida Religiosa Consagrada: configurações contemporâneas dos direitos humanos e cidadania LGBT**. Revista Nures, Ano VII, N. 19; setembro-dezembro 2019, p. 59-75.